

CAPÍTULO 9

ARQUEOTURISMO NA BAIXADA MARANHENSE: UMA PROPOSTA FOCADA NAS ESTEARIAS

DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/pcultura09>

Alexandre Guida Navarro

João Costa Gouveia Neto

Francisco Silva de Oliveira

Karen Cristina Costa da Conceição

Elton Estácio Viana Menezes

Yasmim Silva e Silva

Tayse Handreyza Mendes Abreu

Zilneri Coelho Silva

Nilenilde Gomes Sousa

Rayllane Cabral Cardoso

Pettson Luan Arouche Mendes

Eleildon Trindade Couto

Raymisson Santos Matos

SUMÁRIO

O QUE É O ARQUEOTURISMO?

O Arqueoturismo ou turismo arqueológico é uma prática de turismo focada nos sítios arqueológicos. Comum em países mais desenvolvidos ou em países pobres, mas com um rico patrimônio arqueológico, *i.e.* México ou Peru, no Brasil, essa atividade é ainda incipiente, em grande medida pela negativa visão cultural do brasileiro, uma vez que, segundo Funari (1994, p. 24) “[...] já que nos faltam pirâmides e outras ruínas interessantes”. Dentro dessa perspectiva, poucas seriam as exceções, como o Parque Nacional da Serra da Capivara, no Piauí.

O Arqueoturismo se aproxima do ecoturismo no aspecto de sua relevância social, uma vez que o ecoturismo é “[...] uma forma ambientalmente responsável de fazer turismo, onde se visitam áreas naturais de importante valor ecológico com o objetivo de observar, estudar ou admirar a flora, a fauna, a paisagem e em geral a história natural do local” (CROSBY *et al.*, 2003 *apud* MANZATO; REJOWSKI, 2004, p. 2) enquanto que no Arqueoturismo se incentiva a “[...] reconstrução do passado e a construção contínua entre passado e presente” (SILVERMANN, 2002 *apud* MANZATO; REJOWSKI, 2004, p. 2). Nesse sentido, essa experiência transcende a simples contemplação e afina-se em valores mais sociais.

Ainda para Manzato e Rejowski (2004), a principal ferramenta para a implantação de qualquer Arqueoturismo é a conscientização, que dever vir acompanhada de uma familiarização do visitante para o segmento, participação da comunidade científica e incentivo aos meios de comunicação para divulgar a atividade.

Essa conscientização é o primeiro passo para a realização do Arqueoturismo, já que o patrimônio arqueológico é protegido por leis federais, estaduais e municipais, como Lei Federal nº 3.924, de 26 de julho de 1961, o Código Penal Brasileiro (parte especial, Título III – Dos crimes contra o patrimônio); a Portaria nº 07, de 01 de dezembro de 1999, do então SPAHN; a

Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986 e a Portaria nº 230, de 17 de dezembro de 2002, do IPHAN (PEREIRA; FIGUEIREDO, 2005).

Pereira e Figueiredo (2005), citando Monte Alegre e a Serra das Andorinhas no Pará, salientam que a gestão dos parques e locais de interesse arqueoturísticos precisam ser realizados de forma coerente e responsável pelas autoridades para evitar a depredação dos mesmos. Em Monte Alegre, por exemplo, esses autores informam que apesar de um parque estadual ter sido construído desde 2001, ele ainda não possui plano de manejo. Apontam o lado negativo das visitas sem controle: a destruição de pinturas rupestres. Em Marajó, onde estão os famosos tesos com belas cerâmicas arqueológicas, tampouco há manejo e desde o ano de 1991 a arqueóloga Anna Roosevelt vem denunciando a destruição de montículos como Os Camutins por retroescavações. Desse modo, o turismo pode fomentar a valorização do patrimônio arqueológico, conseguir fundos para a manutenção da atividade e gerar emprego, mas para isto, é necessário um efetivo plano de manejo do local a ser impactado.

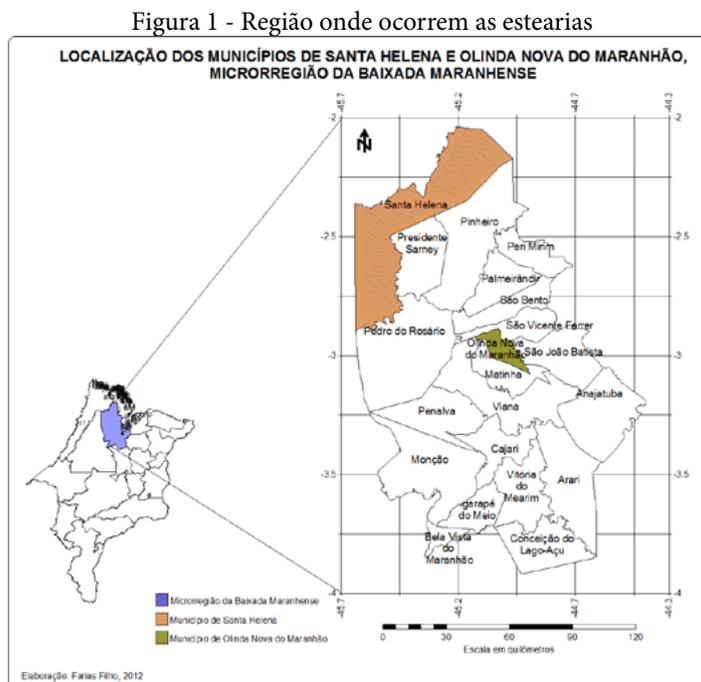
AS ESTEARIAS DO MARANHÃO

As estearias foram moradias aquáticas dentro de rios ou lagos que foram construídas com os esteios ou troncos das árvores que serviam de sustentação para a construção das aldeias, originando, desse modo, as palafitas pré-coloniais (LOPES, 1924; CORREIA LIMA; LIMA AROSO, 1989; NAVARRO *et al.* 2017; NAVARRO, 2015, 2016, 2018a, 2018b) (Figuras 1, 2 e 3).

Esses sítios estão localizados em uma região estuarina chamada Baixada Maranhense, situada na Amazônia oriental, a 200 quilômetros a sudoeste da atual capital do estado do Maranhão, São Luís, Brasil. Compreende um território de aproximadamente 20 mil km² dentro de uma Área de Proteção Ambiental (APA) segundo o decreto nº 11.900, de 11 de junho de 1991, reeditado em 05 de outubro de 1999.

É importante sublinhar que a área faz parte de um sítio RAMSAR desde 1971 por causa de sua umidade, que proporciona condições ideais para a migração de várias aves intercontinentais que se reproduzem nesse ecossistema. Nessa região, com um dos menores índices de IDH do Estado, vivem aproximadamente 500 mil pessoas, segundo o censo do IBGE de 2006, em cidades como Pinheiro, Santa Helena e Penalva. A população vive da agricultura tradicional, criação de animais e exploração de recursos vegetais nativos, como o coco de babaçu.

O Governo estadual do Maranhão reconheceu a cidade de Penalva como uma das cidades que fazem parte do Polo dos Campos Floridos, uma região com belezas naturais que incluem a pororoca do rio Mearim (Arari) e o Lago-Açu, considerado o segundo maior lago de água doce da América do Sul.



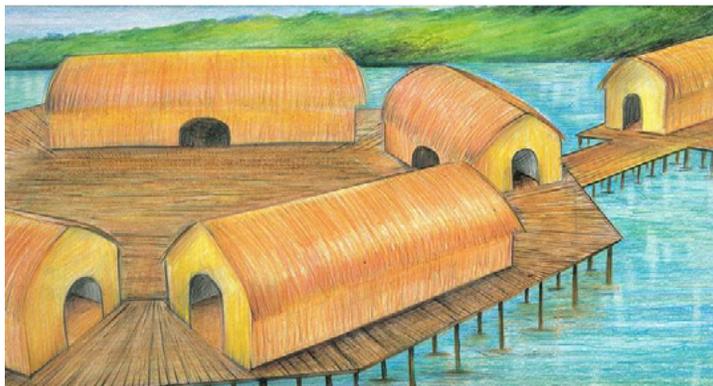
Fonte: Acervo do LARQ.

Figura 2 - Os vestígios dos esteios no leito dos lagos na época da estiagem



Fonte: Acervo do LARQ.

Figura 3 - Reconstituição de uma aldeia de palafitas (desenho)



Fonte: Acervo do LARQ.

A região é marcada por duas estações bem definidas: a chuvosa de janeiro a junho e a estiagem de julho a dezembro. A grande quantidade de água da região é corroborada pelo transbordamento dos rios Pindaré, Pericumã e Turiaçu durante o chamado inverno amazônico ou período de chuva (CORRÊA; MACHADO; LOPES, 1991; AB'SÁBER, 2006; FRANCO, 2012). Nesses locais com baixos índices de IDH do Estado, vivem aproximadamente 600 mil pessoas, segundo o censo do IBGE de 2016, em cidades como Pinheiro, Santa Helena, Viana, Penalva e São Bento. A população vive da agricultura tradicional, criação de animais e exploração de recursos vegetais nativos, como o coco babaçu, além da pesca (Figura 4).

Figura 4 - Barcos percorrem o rio Turiaçu. A ação poderia fomentar o turismo



Fonte: Acervo do LARQ.

As estearias permanecem sendo um dos tipos de habitação humana pré-colonial amazônica menos conhecidos na literatura arqueológica (PROUS, 1992; MARTIN, 1996). Corroborando a documentação etnohistó-

rica, as várias pesquisas arqueológicas realizadas na região amazônica vêm demonstrando que as várzeas dos rios da região foram densamente povoadas na época pré-colonial (ROOSEVELT, 1991; BALÉE, 1994; SCHAAN, 2004; HECKENBERGER, 2005; NEVES, 2008). Referências históricas a povos indígenas que habitavam as várzeas são encontradas nas terras altas da Amazônia, como os relatos de Carvajal na expedição de Orellana (*apud* MELO LEITÃO, 1941) e os de Acuña e Rojas na de Aguirre e Ursúa no século XVI (*apud* MELO LEITÃO, 1941; PORRO, 1992). Notícias sobre as habitações palafíticas no atual estado do Pará são conhecidas documentalmente pelo menos desde meados do século XVIII, como se pode observar no relato do cronista João Daniel (2004 [1776], p. 280):

Muitas nações vivem sobre lagos, ou no meio deles, onde têm em cima da água as suas casas feitas da mesma sorte, e só com o ádito de serem de sobrado, que levantam de varas, e ramos de palma, e nelas vivem contentes, como peixe na água. A razão de fabricarem nos lagos as suas povoações e moradias é em uns pela grande fartura que neles têm de tartarugas, bois marinhos, e mais pescado, em outros é para estarem mais seguros dos assaltos dos seus inimigos.

Especificamente nos rios do atual estado do Maranhão, não há relatos nas crônicas. Eles aparecem somente no ano de 1872, quando o engenheiro Pereira do Lago, incumbido de fazer a carta topográfica da Capitania do Maranhão, ao visitar a vila de Viana, informou que ela se comunicava com sete lagos, dentre eles o Cajari, em cuja “[...] beira deste lago, em partes que de inverno se cobre d’água, aparecem restos e sinais de que ali havia edifícios e até alinhados em forma de rua” (PEREIRA DO LAGO, 2001 [1872], p. 40).

No começo do século XX, observações sobre as estearias foram feitas por Raimundo Lopes (1916, 1924, 1970) em duas importantes obras sobre a geografia do Maranhão: o *Torrão Maranhense* (1916) e *Uma Região Tropical*

(1970), em que realizou croquis e mapas, medindo o Cacaria, maior sítio do lago Cajari, em 2 km de extensão.

Depois, somente no final do século XX, as pesquisas foram retomadas. Simões (1981) voltou a estudar o sítio da Cacaria, pontuando a importância dos estudos de Lopes (1924), medindo-o em uma área elíptica de 135 x75 m. Simões acreditava, assim como Lopes, que os diversos grupos de esteios poderiam se referir somente a uma grande aldeia. Esse pesquisador realizou datação por C14 em fragmentos de esteio, obtendo a primeira datação radio-carbônica de uma estearia, cuja data é a de 570 AD. Nos anos que se seguiram, Corrêa, Machado e Lopes (1991) continuaram as prospecções no lago Cajari e estudaram os materiais cerâmicos, chamando a atenção para o fato de que esses materiais cobriam o leito do rio, impossibilitando caminhar sobre ele. Atualmente, o lago Cajari não seca por causa de uma barragem construída nele. Assim, somente com mergulho é possível ver o material depositado no seu fundo.

Uma importante informação é a existência de ilhas e tesos (CORREIA LIMA; LIMA AROSO, 1989) em algumas áreas dos lagos, ratificando as comparações geográficas dos *mounds* feitas por Lopes (1924) com a região marajoara, sem, no entanto, estabelecer discussões sobre esse tema. Correia Lima e Lima e Aroso (1989) inumaram uma urna funerária no teso do sítio Encantado, e Lima realizou escavações nesse sítio, sem nunca ter publicado os resultados da pesquisa.

O TRABALHO COM A COMUNIDADE

Os trabalhos arqueológicos nas estearias são caracterizados pela sua natureza comunitária ou pública, com a participação da população do entorno do sítio arqueológico, como alunos, moradores e pescadores (Figura 5). Assim, ressalta-se seu aspecto social e de inclusão social. Ao se tornar agente ativo do trabalho arqueológico, a comunidade desenvolve o sentimento de pertenci-

mento ao seu passado, agindo, também, como preservadora do sítio arqueológico e perpetuadora do conhecimento compartilhado entre todos.

Figura 5 - Alunos e professores da Unidade Escolar Tancredo Neves, na cidade de Penalva



Fonte: Acervo do LARQ.

Os debates acerca das diversas formas de patrimônio se tornaram um elemento de destaque na contemporaneidade. Além de sua inserção nas discussões teóricas, fundamental para o desenvolvimento foi sua aproximação com a comunidade, no seu sentido público, ou seja, um patrimônio que buscou a aproximação social dos excluídos, dando-lhes uma voz que reverberou significados identitários e de preservação da memória, ora buscando associações com o passado cultural, ora vivenciando experiências comunitárias (MERRIMAN, 2004) (Figura 6).

Figura 6 - Palestra na Unidade Escolar Tancredo Neves, em Penalva – os alunos se conectaram com o passado ancestral



Fonte: Acervo do LARQ.

A principal participação comunitária no projeto das estearias é o mapeamento dos assentamentos. Após revisão bibliográfica e diante dos desafios da arqueologia subaquática de modo a incorrer menos dano ao sítio, uma vez que existe material arqueológico na superfície do leito do rio, optou-se por uma escolha metodológica que teve como ação principal a prospecção intrasítio para a delimitação do assentamento a fim de realizar seu mapeamento. O método mais adequado para a realização da tarefa, devido às características do sítio acima descritas, foi o mais simples: através de canoas e caminhamentos, identificou-se cada esteio manualmente, que foi marcado com uma estaca de tal forma, que poderá ser identificado pelo topógrafo que fez o georreferenciamento e o mapeamento com estação total. Os esteios não estão totalmente cobertos pelo leito do rio, o que possibilitou sua localização manualmente, sem a necessidade de equipamentos mais sofisticados. Essa metodologia é inédita para os sítios de tipo estearias. No caso da última campanha arqueológica das

estearias realizada em dezembro de 2019, focamos o projeto no sítio Formoso, localizado na cidade de Penalva, com a participação dos alunos da Unidade Escolar Tancredo Neves, em Penalva, assim como de seu professor, Francisco Oliveira, os quais tiveram papel fundamental na realização da tarefa (Figuras 7, 8 e 9).

Figura 7 - Lago do Formoso na cidade de Penalva: potencial turístico



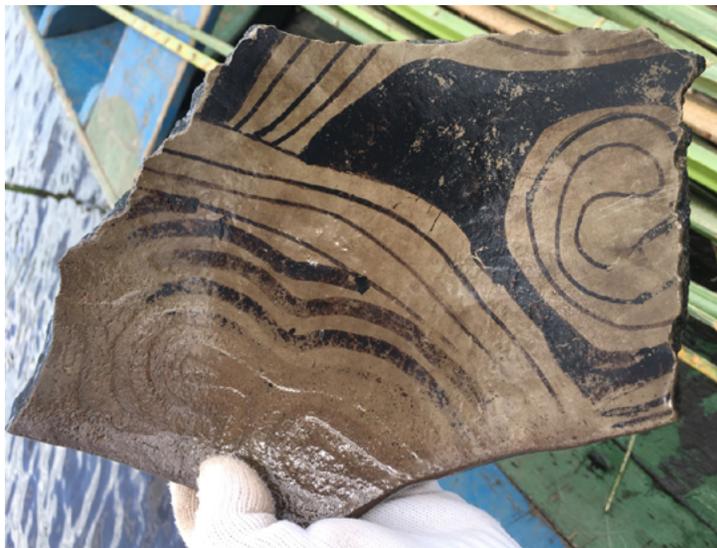
Fonte: Acervo do LARQ.

Figura 8 - Alunos de Penalva e estagiários do LARQ, além dos pescadores



Fonte: Acervo do LARQ.

Figura 9 - Artefatos encontrados dentro do lago do Formoso



Fonte: Acervo do LARQ.

ONDE ENTRA O TURISMO?

É de interesse da comunidade a fomentação do turismo nas estearias. Baseada na experiência de Pereira e Figueiredo (2005) e nas conversas realizadas com a comunidade, propõem-se os seguintes procedimentos para a criação de uma área de arqueoturismo na região das estearias da Baixada Maranhense:

1. Zoneamento dos sítios. Avaliar quais os sítios que podem ser visitados e quais não. Estimar as potencialidades de cada sítio bem como suas fragilidades para a atividade antrópica;
2. Criação de um manejo arqueológico e fomento de políticas públicas para a valorização cultural desses espaços;

3. Planejamento e gestão entendidos como “[...] a preparação para a gestão futura, buscando-se evitar ou minimizar problemas e ampliar margens de manobra [...]”; sendo que a gestão “[...] é a efetivação, ao menos em parte (pois o imprevisível e o indeterminado estão sempre presentes, o que torna a capacidade de improvisação e a flexibilidade sempre imprescindíveis) [...]”, das condições as quais o planejamento realizado no passado “[...] ajudou a construir” (SOUZA, 2010, p. 46);
4. Criação de um museu próximo ao/aos sítio/sítios escolhido/escolhidos. Esse empreendimento possibilitará a educação patrimonial e o conhecimento dos sítios, bem como sua cultura material antes de o turista percorrer o sítio arqueológico em si. Isso envolve os gestores municipais, estaduais e federais com o objeto de serem captados recursos financeiros para a criação e manutenção do espaço museológico;
5. Publicações. Criação de documentos, como uma cartilha, por exemplo, para o manuseio do turista, nos quais serão encontradas informações básicas sobre o sítio a partir de pesquisas científicas acadêmicas realizadas por universidades. O envolvimento com o meio universitário é primordial;
6. Capacitação de guias autorizados para a visitação;
7. As comunidades do entorno deverão participar do processo, uma vez que ao desenvolverem o sentimento de pertencimento, poderão ajudar no manejo do plano turístico e na própria preservação dos sítios arqueológicos. Visitas dos próprios moradores e estudantes são fundamentais e a própria comunidade pode gerar essa atividade.

Como aplicação dessa proposta, poder-se-iam obter os seguintes resultados (Figuras 10, 11, 12 e 13):

1. A criação de uma rota turística focada nas estearias, sítios arqueológicos únicos no contexto da arqueologia brasileira;

A criação de museus temáticos geraria um sentimento de identidade das comunidades locais com seu passado, o que poderia fomentar, também, trabalhos de educação patrimonial e o surgimento de novos pesquisadores que continuariam o trabalho futuramente (recomendação de várias Cartas da UNESCO). Esse sentimento já existe, dado que muitos autores deste texto são alunos e professores de escolas locais. Segundo os próprios alunos na Unidade Escolar Tancredo Neves:

“Um museu em nossa cidade seria muito bom, pois além de ser um ponto turístico, ele seria um lugar de conexão entre passado, presente e futuro, assim ao olhar o passado conhecemos mecanismos que influenciam nosso presente para que novos conhecimentos e técnicas sejam disponibilizadas para a sustentabilidade das gerações futuras. Além disso seria mais uma fonte de renda para nossa cidade e geraria mais empregos”.

1. Geração de renda para a comunidade envolvida em nível municipal, estadual, federal ou até mesmo internacional. Há muitas pessoas no exterior que visitariam esses locais;
2. O arqueoturismo poderia também incluir rotas naturais, uma vez que a região possui atrativos ambientais peculiares formados por muitas bacias hidrográficas, como a observação de aves, atividades que atraem um público específico e cada vez mais em alta no Brasil e no exterior. Outras possibilidades são os passeios de lanchas para a observação da flora e fauna, que incluiriam locais para banho dos turistas;
3. Além das rotas naturais, poderiam ser fomentadas as rotas históricas, pois a região da Baixada Maranhense possui um belo conjunto de casarios coloniais, como a cidade de Viana (GOUVEIA NETO, 2019);
4. A circulação de turistas desencadearia a construção de pousadas, hotéis e viabilizaria um investimento em saneamento básico tão carente na região, o que beneficiaria a todos e aumentaria o IDH das cidades envolvidas no projeto;

5. Arqueologia como desenvolvimento sustentável e inclusão social;
6. Visibilidade para o trabalho arqueológico e a aproximação desses cientistas com as comunidades locais.

Figura 10 - Casas típicas da Baixada Maranhense em meio aos ipês amarelos para observação da fauna e da vida lacustre



Fonte: Acervo do LARQ.

Figura 11 - Locais para banho turístico – Rio Turiaçu



Fonte: Acervo do LARQ.

Figura 12 - Observação de aves regionais, nesse caso, garças, que se alimentam no rio Turiaçu. Opção para os ornitólogos e apreciadores de fauna



Fonte: Acervo do LARQ.

Figura 13 - Pôr do sol no sítio Cabeludo. Uma vista de tirar o fôlego



Fonte: Acervo do LARQ.

CONCLUSÃO

As estearias são um tipo de sítio arqueológico único no contexto das terras baixas da América do Sul. Por apresentarem boa preservação dos restos arqueológicos, são fundamentais para entender a ocupação humana na Amazônia pré-colonial. Elas são, também, um ótimo laboratório para avançar nas questões teóricas acerca da ocupação dos grupos humanos nessa região. Os povos das estearias preferiam morar em locais alagadiços, onde o curso do rio se dilata, formando lagos. As palafitas pré-coloniais da Baixada Maranhense ocuparam uma área de 25 mil km².

Desse modo, o Arqueoturismo permite a fruição do conhecimento e a vivência de experiências pessoais que incutem no visitante alguma abstração no sentido de entender e compreender o significado e a importância dos sítios arqueológicos. Além do mais, é um bom meio de suporte financeiro às escavações e à ampliação da consciência de preservação e incentivo à criação

de leis de proteção e o combate aos saques. No entanto, há situações em que para determinada tipologia do patrimônio, sobretudo dos sítios arqueológicos subaquáticos, é mais difícil a articulação e a implementação de medidas de valorização, tendo em vista que em muitos casos, os bens são frágeis e de difícil acesso. De todo modo, é necessária a adoção, respectivamente, de princípios que respeitem a salvaguarda e a preservação, a investigação arqueológica, a oferta de turismo, a constituição de bases para acolhimento do público e a posterior inserção dos sítios arqueológicos como recurso cultural.

Os trabalhos arqueológicos realizados pela equipe do Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal do Maranhão (LARQ/UFMA) contemplam a inserção da comunidade nos seus trabalhos. Essa inclusão social, ao longo dos anos da pesquisa, criou um sentimento de pertencimento da comunidade com seu passado. Essa percepção foi construída aos poucos e sensibilizou os moradores das cidades envolvidas no projeto. O resultado desse processo participativo culminou na reivindicação da criação de rotas turísticas com o objetivo de divulgar esses sítios arqueológicos, dos quais a população tem orgulho, além de trazer dinheiro e investimento para as cidades. Por fim, citamos Anjos *et al.* (2005, p. 383, acréscimo nosso), chamando a atenção para o fato de que a criação dessas rotas turísticas deva contemplar um “[...] planejamento [que] precisa ser flexível o suficiente para garantir que a gestão de cada processo aconteça de forma contínua e sistêmica, resultando em estratégias eficientes e eficazes social, ecológica e economicamente”.

REFERÊNCIAS

AB’SÁBER, A. N. **Brasil: paisagens de exceção: o litoral e o pantanal mato-grossense: patrimônios básicos.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2006.

ANJOS, F. A.; ANJOS, S. J. G.; BARROS, R. B.; ZANCHI, C. Processos de planejamento e gestão de territórios turísticos: princípios norteadores de uma proposta. **Revista Turismo Visão e Ação**, [s.l.], v. 07, n. 2, p. 377-286, maio/ago. 2005.

BALÉE, W. **Footprints of the Forest: Ka'apor Ethnobotany – the historical ecology of plant domestication by an Amazonian people.** Nova Iorque: Columbia University Press, 1994.

CARVAJAL, G. de; ROJAS, A. de; ACUÑA, C. de. *Descobrimientos do Rio das Amazonas.* Tradução de C. de Melo Leitão. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1941.

CORRÊA, C. G.; MACHADO, A. L.; LOPES, D. F. As estearias do lago Cajari-MA. Anais do I simpósio de pré-história do nordeste brasileiro. **Clio Série Arqueológica**, Recife, n. 4, p. 101-103, 1991.

CORREIA LIMA, O.; LIMA AROSO, O. C. **Pré-história maranhense.** São Luís: Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, 1989.

CROSBY, A. *et al.* **El desarrollo turístico sostenible en el medio rural.** Espanha: Centro Europeo de Formación Ambiental y Turismo, 1993.

DANIEL, J. **Tesouro descoberto no Máximo Rio Amazonas: 1722-1776.** Vol. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004 [1757-1776].

FRANCO, J. R. C. **Segredos do rio Maracu: A hidrogeografia dos lagos de reentrâncias da Baixada Maranhense, sítio Ramsar, Brasil.** Sao Luís: EDUFMA, 2012.

FUNARI, P. P. A. Arqueologia Brasileira: visão geral e reavaliação. **Revista da História da Arte e Arqueologia**, Campinas, v.1, p. 281-290, 1994.

GOUVEIA NETO, J. C. O espaço das estearias: aspectos históricos da Baixada Maranhense. *In: NAVARRO, A. G. A civilização lacustre e a Baixada Maranhense: Da Pré-História dos campos inundáveis aos dias atuais.* São Luís: EDUFMA, 2019, p. 57-67.

HECKENBERGER, M. **The ecology of power: Culture, place, and personhood in the southern Amazon, A.D. 1000-2000.** Nova York: Routledge, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico de 2016: Características da população e dos domicílios.**

Resultado do Universo. Disponível em: www.censo2016.ibge.gov.br. Acesso em: 23 set. 2019.

LOPES, R. A civilização lacustre do Brasil. **Boletim do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 87-109, 1924.

LOPES, R. **O Torrão Maranhense**. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1916.

LOPES, R. **Uma região Tropical**. Coleção São Luís. Vol. 2. Rio de Janeiro: Fon-Fon/Seleta, 1970.

MANZATO, F.; REJOWSKI, M. Considerações sobre o turismo arqueológico ou Arqueoturismo no Brasil. *In*: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 2., 2004, Caxias do Sul. **Anais [...]**. Caxias do Sul: UCS, 2004.

MARANHÃO. Secretaria de Turismo. **Site**. Disponível em: <http://www.turismo.ma.gov.br/>. Acesso em: 09 fev. 2020.

MARTIN, G. **Pré-história do Nordeste brasileiro**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996.

MERRIMAN, N. **Public Archaeology**. Londres: Routledge, 2004.

NAVARRO, A. G. A pré-história da Baixada Maranhense. Datação radiocarbônica de cinco estearias. *In*: ZIERER, A.; VIEIRA, A. L. B.; ABRANTES, E. S. (Orgs.). **História Antiga e Medieval. Sonhos, mitos e heróis: memória e identidade**. São Luís: Editora UEMA, 2015, p. 369-380.

NAVARRO, A. G. Morando no meio de rios e lagos: mapeamento e análise cerâmica de quatro estearias do Maranhão. **Revista de Arqueologia**, [s.l.], v. 31, n. 1, p.73-103, 2018b.

NAVARRO, A. G. New evidence for late first-millennium AD stilt-house settlements in Eastern Amazonia. **Antiquity**, [s.l.], v. 92, n. 366, p.1586-603, 2018a.

NAVARRO, A. G. O complexo cerâmico das estearias, Maranhão. *In*: BARRETO, C.; LIMA, H. L.; BETANCOURT, C. J. **Cerâmicas arqueológicas**

da Amazônia: rumo a uma nova síntese. Vol. 1. Belém: Museu Emilio Goeldi/IPHAN, 2016, p. 158-169.

NAVARRO, A. G.; COSTA, M. L. da; SILVA, A. S. N. F. da; ANGÉLICA, R. S.; RODRIGUES, S. S.; GOUVEIA NETO, J. C. O muiraquitã da estearia da Boca do Rio, Santa Helena, Maranhão: estudo arqueológico, mineralógico e simbólico. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas**, Belém, v. 12, n. 3, p. 869-894, 2017.

NEVES, E. G. Ecology, ceramic chronology and distribution, long-term history, and political change in the Amazonian Foodplain. *In*: SILVERMAN, H.; ISBELL, W. (Orgs.). **Handbook of South American Archaeology**. London: Springer, 2008, p. 359-379.

PEREIRA DO LAGO, B. **Itinerário da província do Maranhão**. São Paulo: Editora Siciliano, 2001 [1872].

PEREIRA, E.; FIGUEIREDO, S. Arqueologia e turismo na Amazônia: problemas e perspectivas. **Cadernos do LEPAARQ - Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio V**, Pelotas, v. II, n. 3, jan./jul. 2005.

PORRO, A. **As crônicas do rio Amazonas**. Notas etno-históricas sobre as antigas populações indígenas da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1992.

PROUS, A. **Arqueologia brasileira**. Brasília: UnB, 1992.

ROOSEVELT, A. **Moundbuilder of the Amazon**: Geophysical archaeology on Marajó Island, Brazil. San Diego, CA: Academic Press, 1991.

SCHAAN, D. P. **The Camutins Chiefdom**. Rise and development of complex societies on Marajó Island, Brazilian Amazon. 2004. 497 p. Tese (Doutorado em Filosofia) - Universidade de Pittsburgh, Pittsburgh, 2004.

SIMÕES, M. F. As pesquisas arqueológicas no Museu Paraense Emílio Goeldi (1870-1981). **Acta Amazonica**, Manaus, v. 11, n. 1. Suplemento, 1981.

SOUZA, M. L. de. **Mudar a cidade**: Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.